# Ex-ministro Henrique Eduardo Alves é preso acusado de corrupção

Reprodução

Preso, Henrique Eduardo Alves foi ministro do Turismo nos governos Dilma e Temer.

O ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves foi preso na manhã desta terça-feira (6/6). Ele e o ex-deputado Eduardo Cunha, que já está preso no Paraná, foram alvos de dois pedidos de prisão. Um relativo a supostos atos de corrupção e de lavagem de dinheiro na construção da Arena das Dunas, em Natal. O outro relacionado a irregularidades nas vice-presidências de Fundos e Loterias e Pessoas Jurídicas da Caixa Econômica Federal.

A prisão de mais um aliado de Michel Temer no dia em que o Tribunal Superior Eleitoral deve retomar o julgamento da cassação da chapa que o elegeu vice-presidente põe mais lenha na fogueira da política nacional. Tanto Cunha quanto Alves são do PMDB e foram presidentes da Câmara dos Deputados.

**Construção de estádio**
No caso envolvendo a construção do estádio Arena das Dunas, utilizado na Copa do Mundo de 2014, a investigação apura atos de corrupção ativa e passiva e de lavagem de dinheiro na obra. De acordo com a Polícia Federal, o superfaturamento identificado chega a R$ 77 milhões.

De acordo com a Polícia Federal, as provas reunidas apontam que os dois ex-parlamentares favoreciam duas grandes construtoras envolvidas na construção do estádio. Os pedidos de prisão preventiva foram expedidos pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte

A Polícia Federal diz ter identificado diversos valores recebidos como doação eleitoral oficial, entre os anos de 2012 e 2014, que na verdade consistiram em pagamento de propina. Identificou-se também que os valores supostamente doados para a campanha eleitoral em 2014 de um dos investigados foram desviados em benefício pessoal.

**Dinheiro no exterior**
No outro caso, que tramita na Justiça Federal do Distrito Federal, são apuradas supostas irregularidades cometidas por um grupo liderado por Eduardo Cunha nas vice-presidências de Fundos e Loterias e


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Pessoas Jurídicas da Caixa Econômica Federal.

Segundo o Ministério Público Federal, as investigações são decorrentes, principalmente, dos acordos de colaboração premiada da Odebrecht. De acordo com o MPF, as delações foram enviadas à primeira instância por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin e juntadas às investigações que apuram supostas irregularidades cometidas por um grupo liderado por Eduardo Cunha nas vice-presidências de Fundos e Loterias e Pessoas Jurídicas da Caixa Econômica Federal.

O Ministério Público Federal diz que os pedidos de prisão preventiva têm como fundamentos a garantia da ordem pública e o propósito de assegurar a continuidade das investigações bem como de impedir a ocultação de provas.

Na petição, o MPF diz que há elementos que indicam que os envolvidos praticaram, de forma continuada, os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e que, mesmo com as investigações em curso, continuam agindo para ocultar ativos no valor de mais de R$ 20 milhões que teriam sido recebidos por Eduardo Cunha. As prisões são mencionadas como uma forma de suspender a chamada atuação delitiva habitual e impedir a ocultação do produto dos crimes, “já que este ainda não foi recuperado”.

No documento, MPF cita ainda o fato de os investigados manterem contas bancárias no exterior com o objetivo de viabilizar o recebimento de propina, bem como a prática de outros crimes como a lavagem de dinheiro.

No caso de Henrique Eduardo Alves, por exemplo, o MPF aponta que há relatos da existência de movimentação financeira externa entre os anos de 2011 e 2015, período em que teriam ocorrido os desvios de recursos do FI-FGTS por parte da organização criminosa. Para os investigadores, os indícios apontam para o risco de, em liberdade, os quatro estarem agindo para destruir provas do esquema criminoso. *Com informações das assessorias de imprensa do MPF e da Polícia Federal.*

** Texto atualizado às 11h14 do dia 6/6 para acréscimos.*

**Date Created**
06/06/2017


2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.